

## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

### MEMÓRIA SINTÉTICA DE REUNIÃO

Reunião da: Câmara Técnica de Articulação Institucional		Nº	Data 28 e 29.02.05
Titulo/Natureza: Reunião Ordinária			Hora início: 14h00
Membros da CT-AI			
<b>AUSÊNCIA JUSTIFICADA</b>	Ronaldo Lopes	Coordenador CCR – Baixo São Francisco	
	João Bosco Senra	Secretario de Recursos Hídricos/MMA (convidado)	
<b>PARTICIPANTES EXTERNOS</b>	Oscar Cordeiro Neto	Diretor da ANA	
	Ana Cristina Mascarenhas	SEMARH	
	Ana Carolina	ANA	
	Rosana Garjulli	ANA	
	Dr. César	Procurador Estado de Minas	
<b>OUTROS MEMBROS DO CBHSF</b>	Yvoniide Medeiros	Coordenadora da Secretaria Executiva e Coordenadora Câmara Técnica de Planos	
	Geraldo José dos Santos	Secretaria Executiva CBHSF - coordenação de articulação Inter-institucional	
	Ângela Damasceno	Secretaria Executiva CBHSF – coordenação de mobilização	
<b>LOCAL</b>	Belo Horizonte, MG – Sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)		
<b>PAUTA ENVIADA AOS MEMBROS</b>	1. Informes		
	2. Avaliação do contexto referente ao Plano da Bacia, Programa de Revitalização e ao Projeto de Transposição e encaminhamentos		
	3. Aprovação, ad referendum, da Constituição da Câmara Técnica de Articulação Institucional.		
	4. Discussão e aprovação das Normas e procedimentos para o processo de renovação dos membros do CBHSF		
	5. Análise dos encaminhamentos do processo de conflito de usos suscitado pelo Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco		
	6. Renovação do Convênio com a ANA		
	7. Propostas de ações e projetos 2005, agencia de bacia e criação das unidades regionais		
	8. O que ocorrer.		

### 1. Informes da Presidência e da Secretaria Executiva

- Abertura dos trabalhos pelo presidente CBHSF expressando o desejo da construção de agenda separada, contemplando uma agenda política e uma agenda institucional; Enquanto na agenda política que envolve a transposição temos pontos de desunião, na agenda institucional temos uma missão em comum a cumprir e que só pode avançar se for em estreita parceria com a ANA.
- Iniciou-se agradecendo a presença do DIRETOR da ANA, que agradeceu a oportunidade de estar presente e reiterou a importância da separação das agendas, além de reconhecer a necessidade e importância de parceria com o CBHSF
- Secretario Executivo CBHSF agradeceu o tratamento dispensado pelo Presidente da ANA e o Diretor Oscar, a ele a Coordenadora da Secretaria Executiva, por ocasião das reuniões realizadas na ANA no dia 18 e 19 de janeiro. Destacou a determinação de ambos em reconstruir as relações com o Comitê após os recentes episódio envolvendo a questão da transposição.
- Foi sugerida pelo secretário executivo a inversão de pauta antecipando o item 4.

**Decisões:** Mudanças nos itens da pauta

### 2. Discussão e aprovação das Normas e procedimentos para o processo de renovação dos membros do CBHSF

- O Secretário executivo CBHSF encaminhou para que Rosana (ANA) fizesse uma breve apresentação das atividades desenvolvidas pela equipe de apoio técnico da Superintendência de Apoio a Comitês da ANA e o relato dos resultados da reunião da Câmara Técnica de Articulação Institucional, citando a ausência do Estado de Pernambuco;
- Rosana fez uma retrospectiva do processo eleitoral da primeira formação do CBHSF, citando os principais entraves e encaminhamentos; e em seguida apresentou as propostas encaminhadas pela CTAI para apreciação e deliberação da Diretoria Colegiada quanto ao processo eletivo para renovação dos membros, incluindo as NORMAS que regerão este processo e o CALENDÁRIO.
- Secretario Executivo demonstrou a impossibilidade de abertura das inscrições, devido as inúmeras providencias que devem anteceder, inclusive o atraso em cerca de 30 dias para estas providências, incluindo divulgação, definição de apoios e pessoal, e que ainda demandará alguns dias para que o processo entre em fase operacional. Solicitação do secretario para que o prazo de inicio da inscrição seja protelado por mais 15 dias e seja ampliado até a primeira quinzena de abril. Destacou que a imposição de prazos não pode permitir que seja lançado dúvida sobre a transparência do processo, nem o prazo curto venha a significar a inibição das inscrições no processo eletivo.
- O presidente do CBHSF declarou que seu desejo era que o processo eleitoral tivesse sido iniciado em Novembro, no entanto comprometeria a participação de representantes do poder público em razão da posse dos prefeitos ocorrer em Janeiro, assim como, ocorreram diversos atos relativos ao projeto de transposição que tumultuaram as ações do Comitê. Destacou que o prazo deve se adequar a necessidade da transparência do processo pois "legitimidade não é, para o Comitê, menos importante do que a legalidade".
- Dr Jorge Koury citou a importância de convidar os novos prefeitos para uma posse formal, bem como reunião de nivelamento de informações. Esta ação não contemplará apenas os prefeitos, como também as demais categorias que indicaram novos representantes no CBHSF.
- Foi amplamente discutida a eleição na categoria Povos Indígenas., incluindo mobilização e a Plenária. Rosana apresentou a experiência do processo de formação do CBHSF.
- Secretario Executivo CBHSF solicitou dois técnicos para reforçar a equipe da secretaria para fazer frente aos serviços que serão demandados para viabilizar a execução do calendário do processo eletivo.
- 

**Decisões:**

1. Segundo o presidente é preferível a ampliação do mandato par garantir a lisura do processo eleitoral. Foi deliberado que o processo eleitoral será finalizado no período de 15 a 18 de Junho/2005, decidindo a diretoria colegiada pelo não comprometimento da legitimidade do processo de renovação dos membros;
2. Convidar os novos prefeitos e novos membros indicados para o Comitê, para posse oficial na próxima reunião da Diretoria Colegiada, devendo a Secretaria do CBHSF enviar correspondência a estes prefeitos. Em principio, esta reunião ocorrerá em Brasília e se possível, nas dependências do Congresso Nacional.
3. A plenária dos Povos Indígenas foi amplamente discutida, incluindo mobilização e local da Plenária. Rosana apresentou a experiência do processo de formação do CBHSF e ficou encaminhado a possibilidade de contratação de consultoria específica para esta ação. O Secretario Executivo

CBHSF solicitou dois técnicos para reforçar a equipe da Secretaria Executiva para fazer frente aos serviços que serão demandados para viabilizar a execução do calendário do processo eletivo.

4. O calendário aprovado ficou definido da forma que segue anexo.
5. Decidido convocação de reunião ordinária dia 15 de junho 2005 em Pirapora-MG, a última reunião da atual diretoria e dos membros atuais
6. Decidido convocação de Reunião Extraordinária para dias 16, 17 e 18 de junho, em Pirapora-MG para posse dos novos membros biênio 2005/2007, eleição e posse dos coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais e da nova diretoria 2005/2007 e outros assuntos urgentes. Até a posse da nova Diretoria, a reunião será conduzida pela Comissão Eleitoral/CTAI.
7. Normas aprovadas: FALTA dizer que constarão de Resolução
- 8.

**Encaminhamentos e providências:**

- Houve a proposta acatada do secretário executivo para que houvesse o envio de correspondência aos membros desligados do processo e aos membros que ora os substituíram.
- As NORMAS e o CALENDÁRIO devem ser publicados no Site do CBHSF e enviados a todos os membros do Comitê.
- Solicitação de compromisso de cada Estado, para os órgãos gestores assumirem a coordenação do Grupo Executivo, tendo como coordenador o seu representante na CTAI

**3. Aprovação, ad referendum, da Constituição da Câmara Técnica de Articulação Institucional.**

- O Secretario Executivo do CBHSF apresentou à Diretoria a proposta de constituição da CTAI e a necessidade de ser apreciado o ad referendum da decisão do Presidente do CBHSF quanto a constituição da mesma. Comunicou que a CTAI se instalou oficialmente neste dia 21, em Belo Horizonte e realizou sua primeira reunião, tratando do processo eleitoral, conforme deliberação da plenária do CBHSF.
- Quanto à participação da ANA e da SRH/MMA, o Diretor da ANA, Oscar Cordeiro, comprometeu-se a entrar em contato com o Secretario João Bosco Senra e com a Diretoria da ANA para definir esta participação. O Presidente e o Secretario do CBHSF enfatizaram a importância desta participação, tendo em vista que o principal objetivo da CTAI é a articulação com os sistemas de gestão de recursos hídricos e é importante o dialogo com a esfera federal.
- A ANA e SRH/MMA deverão se reunir para esclarecer sobre a sua participação na composição da câmara de articulação institucional, ficando em aberto a possibilidade de que um único representante do sistema de gestão federal, caso haja a decisão de não participação de uma delas.
- ANA viabilizará contratação da agência de publicidade

**Decisões:**

**APROVAR A CONSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DA CT ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**, que passa a ter a seguinte composição:

04 Representantes de órgãos gestores federais:

05 Representantes de órgãos gestores estaduais:

04 Representantes da sociedade civil/comitês de bacias:

No caso da representação de Comitês de Bacias, será observado que na ausência de comitês oficialmente constituídos na região, este poderão ser representados por suas diretorias provisórias, comissões de instalação ou entidades pró-comitês, a ser indicado pelo respectivo coordenador da Câmara Consultiva Regional.

**Encaminhamentos e providências:** Secretaria Executiva publicar Resolução da Diretoria

1. OFICIO PARA PREFEITURAS
2. OFICIO SOLICITANDO CONFIRMAÇÃO DE REPRESENTANTES

**4. Renovação do Convênio com a ANA**

- Pedir oficialmente o Aditivo
- Rosana: seminário conjunto comitês sobre agencia e convênios

- ANA cobrirá gastos com pessoal e passagens em março diretamente das suas despesas, enquanto não sair os recursos do novo aditivo
- A possibilidade de aditamento de prazo e dos recursos vinculado a prestação de contas do antigo convenio, expressado pelo presidente da ANA, que ainda propõem com recursos próprios promover um adiantamento para suprir as necessidades primordiais para o andamento do processo eleitoral, enquanto não se encaminha a renovação d convenio. Neste caso, os serviços de terceiros não poderiam ser custeados.
- A ANA e a SRH/BA tentaram adiantar a prestação de contas e liberação de recursos.

**Decisões:**

ficou decidido que o Secretario encaminharia para a ANA, o plano de trabalho com as atividades previstas e as despesas necessárias, enquanto a ANA irá analisar a possibilidade de contemplar o maior número de itens possíveis a construção de uma agenda 2005, prevendo a construção da Agencia de bacia, utilizando um modelo de Agencias Regionais (4), lembrando a necessidade de regionalização do comitê

**5. Propostas de ações e projetos 2005, agencia de bacia e criação das unidades regionais**

- Prioridades 2005 para projetos junto à ANA:
  1. Agência de Bacia
  2. Cobrança pelo uso
  3. Projeto conjunto com MMA – Revitalização e implantação de Unidades Regionais
  4. Dar continuidade as ações previstas para a revisão do Plano. Lembrou que esta prevista uma nova revisão em dezembro 2005.
- Será encaminhado ao CNRH, solicitação para uso recursos cobrança setor elétrico, as prioridades definidas no Plano para 2005 e para a sua revisão.
- Cadastramento em andamento
- Presidente CBHSF propôs compromisso para dezembro com a ANA
- MG – prioridades: proteção à biodiversidade, recuperação de áreas degradadas, saneamento ambiental.

**Decisões:**

A agenda 2005 deverá atender até dezembro ter cumprido todos os seus itens, quando para tanto poderão ser encomendados estudos para a fundação Getulio Vargas, ou a outras instituições de pesquisa. Dr. Oscar lembrou que existem níveis diferenciados das demandas do CBHSF e da ANA, devendo, portanto o CBHSF buscar parcerias com os ministérios MMA, dos transportes, entre outros.

**6. Avaliação do contexto referente ao Plano da Bacia, Programa de Revitalização e ao Projeto de Transposição e encaminhamentos**

- Os membros da Diretoria ressaltaram que o CNRH decidiu pela provação do projeto de transposição sem considerar as competência legais do Comitê e principalmente as decisões contidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, que foi ignorado pelo CNRH
- O Presidente do CBHSF destacou que o Conselho foi convocado para decidir sobre o projeto, mas que não foi convocado de forma recursal em relações às decisões do CBHSF, significando que legalmente as definições contidas no Plano continuam válidas e que o projeto aprovado pelo CNRH está desrespeitando as prioridades definidas no mesmo (Lei 9433).
- Da mesma forma, isto se aplica à Outorga Preventiva, emitida pela ANA.
- Destacou que a Outorga Preventiva não respeita também a própria decisão do CNRH, pois este autorizou 26 m3/s para uso em abastecimento humano e a outorga preventiva, apesar de anunciar no caput do Artigo 1º a autorização para este uso, logo a seguir (parágrafo 2º) autoriza para todos os usos, inclusive como insumo produtivo. Esta decisão da ANA foi duramente criticada, pois também contraria as prioridades de uso estabelecidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia.
- Secretário Executivo CBHSF também informou que a outorga, como emitida, esta em desacordo com a que foi aprovada na reunião da Diretoria da Ana em 2004 e que consta do processo em curso na 3ª vara da Justiça Federal em Sergipe. Nesta, consta que será observada a decisão do Comitê e que 26 m3/s serão para consumo humano.
- Também a outorga preventiva esta em desacordo com a Deliberação da Diretoria da ANA que trata de concessão de outorgas, pois está determinada que sejam observadas as prioridades estabelecidas pelo Plano

da Bacia.

- Presidente CBHSF chamou a atenção que criou-se um deficit inexistente para consumo humano quando abre a possibilidade para uso em demanda projetada para irrigação. Fica assim claro que não existe tal déficit para consumo humano, mesmo porque não vai se usar a água para uso e irrigação para depois retirar quando houver demanda para uso humano. Portanto, o uso será mesmo destinado ao setor produtivo, o que é negado pelo Plano da Bacia e pela decisão do CNRH.
- De acordo com o Presidente do CBHSF, o ministro da Integração Nacional, para não dizer que está faltando com a verdade, esta sofismando, ao afirmar que 26 m<sup>3</sup>/s é para uso humano. Esta vazão significaria que ninguém hoje no Nordeste Setentrional está bebendo água, pois é o valor para atendimento total à população e que o real objetivo é liberar a água estocada para outros usos como insumo produtivo.
- O Secretario Executivo CBHSF chamou a atenção que a outorga preventiva autoriza a retirada de água desde que o nível do reservatório de Sobradinho esteja acima do volume útil, o que cai por terra a reiterada afirmativa que a vazão que exceder 26 m<sup>3</sup>/s só será retirada quando Sobradinho estiver cheio (acima de 94%) ou vertendo.
- Segundo o Secretario, esta autorização confirma a suspeita que está forma de operação é mero jogo de cena para facilitar a aceitação da transposição, com base no conceito de “água perdida para o oceano”. Este procedimento e deixa a dúvida se estes números não serão respeitados após o início da operação do projeto, podendo se pensar que a retirada pode atingir, no futuro, a capacidade máxima do canal, causando impacto significativo sobre o comprometimento dos usos futuros para o desenvolvimento da própria bacia do rio São Francisco.
- De acordo com o Presidente do CBHSF, está é a primeira obra hídrica assumida de superdimensionamento. É como se tivesse construído um edifício de 127 andares e está se dizendo que só vai se ocupar 26 andares.
- Quanto ao Decreto tornando de utilidade pública para fins de desapropriação 2,5 km de cada lado dos canais da transposição, pode ser visto como a crônica de uma invasão anunciada e deve ser comparada ao que o governo não faz em relação ao uso ao longo das margens do rio São Francisco.
- No âmbito institucional, o CBHSF vai continuar atuando ainda em relação à transposição, através da condução do PROCESSO DE CONFLITO DE USO.
- No âmbito político, derivado da competência legal do comitê de acompanhar e zelar pela execução do Plano de Recursos Hídricos, o Comitê deverá continuar também atuando, em articulando-se com diversos atores, a exemplo de levar a questão para ser debatida no âmbito do Congresso Nacional, sob o argumento de que trata-se de um conflito de usos de águas, que se transformou em um CONFLITO FEDERATIVO. Deverá também participar das comemorações da Semana da Água, colocando a questão em debate.
- O CBHSF também vai questionar a situação legal em que se extrapolou o limite legal de vazão alocável, após a concessão da outorga preventiva da transposição. O Presidente do CBHSF chamou a atenção que o CNRH, a ANA e o MI e MMA, admitiram publicamente e formalmente na reunião do CNRH a definição da vazão alocável em 360 m<sup>3</sup>/s contida no Plano da Bacia. As outorgas concedida à partir de agora estão irregulares. Além disso, se ocorrer revisão e cancelamento de outorgas de posse do MI, conforme declaração do Ministro Ciro Gomes, em entrevista na TV Cultura, isto não deve se dar em prejuízo dos Estados da Bacia. O Plano da Bacia contém recomendações acordadas entre os atores da bacia sobre o processo de condução da revisão de outorgas.
- O Presidente CBHSF informou que o IGAM encaminhou ofício à ANA onde faz consulta sobre como proceder na concessão de novas outorgas, tendo em vista que o limite máximo já foi extrapolado, com a outorga preventiva da transposição e isso afeta diretamente o Estado de Minas Gerais.
- Foi comentado sobre a projeto em curso de CADASTRO DE USUÁRIOS, no qual o Comitê está participando, e destacado o papel do Diretor Oscar Cordeiro neste processo. Por outro lado foi manifestado que os Estados de MG, AL, e Bahia não aceitaram que este projeto envolvesse a formulação de um marco regulatório e a alocação espacial de águas, por entenderem e reforçarem que este é um papel que cabe ser articulado pelo Comitê (significa portanto, por parte dos órgãos gestores estaduais, um reconhecimento e um reforço institucional ao papel que está sendo exercido pelo Comitê). Foi destacado que a aprovação do Projeto de Transposição no âmbito do CNRH, sem observar a primeira fase do pacto das águas contido no Plano da Bacia, trás graves implicações para o processo de negociação ainda por fazer visando a definição das vazões de entrega dos afluentes e a alocação espacial da água. Esta decisão atropelou o pacto das alocação espacial.
- Presidente CBHSF citou um exemplo das dificuldades de gestão da bacia que se espera daqui para a frente, ao citar o caso do RIACHÃO, um afluente do rio JEQUITAIÁ, afluente do rio São Francisco, que está se transformando de perene em intermitente devido ao uso intensivo. Um dos irrigantes, após ser impedido de continuar a utilizar água do riacho diante de conflitos de demandas x disponibilidade existente e devido ao fato de utilizar irrigação por pivôs com grande consumo de água, argumentou contra a decisão do órgão gestor estadual dizendo que era injusta tal suspensão por que no seu entender o estado de Minas estava abrindo mão de um direito para “reservar a água para a transposição do Ministro Ciro Gomes”
- PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO: O presidente do CBSG comentou que os 100 milhões inicialmente reservados representam 1/5 do valor anual orçado pelo Plano de Bacia para a revitalização. Ressaltou a necessidade de se constituir uma “cesta” de indicadores para permitir a distribuição ponderada dos recursos

do programa, evitando que os recursos sejam concentrados apenas nos Estados maiores, mas também não relevando as necessidades destes estados. Estes índices contemplariam tanto aspectos positivos (maior área, maior população, etc.) quanto negativos (maior degradação, menor IDH, etc.). Propôs que fosse estabelecido um índice mínimo, de forma a garantir que aos Estados com menor área, mas duramente afetados pela degradação na bacia, recebessem vários condizentes com suas necessidades. Propôs reunião com o coordenador do Programa de Revitalização do MMA.

**Decisões:**

- 1. Encaminhar ofício à ANA com as posições do CBHSF, ponderações quanto à não observâncias de normas e decisões legais e solicitando a revisão da outorga preventiva concedida ao Projeto de Transposição. Deverá constar do ofício:**
  - Questão de exceder o limite de vazão outorgável.
  - Solicitar oficialmente informação dados atualizados e outorgas concedidas e revisões efetuadas de depois de julho 2004
  - Questão dos procedimentos para revisão das outorgas e as recomendações pactuadas no Plano
  - A ameaça à primeira fase do pacto da bacia e as pendências de alocação espacial e vazões de entrega dos afluentes
  - Questão dos requisitos para a concessão da outorga preventiva em relação ao Plano da Bacia, decisão do CNRH e deliberação da Diretoria da ANA
- 2. Dar seqüência ao PROCESSO DE CONFLITO DE USO, mas determinando a sua adaptação à legislação federal que trata de processos administrativos e reformulando o seu calendário e procedimentos**
- 3. Elaborar NOTA PÚBLICA da Diretoria Colegiada com uma síntese da posição do Comitê em relação ao contexto após reunião CNRH, outorga Preventiva da Transposição, conflito de uso, atropelamento de competências legais do Comitê e do Plano.**
- 4. Entrar com recurso no CNRH solicitando anulação da Deliberação, com base no fato do Projeto não atender as determinações legais contidas no Plano.**
- 5. Colocar em destaque na pauta da próxima reunião: aplicação dos recursos do Programa de Revitalização e convidar o coordenador do Programa/MMA.**
- 6. Solicitar perícia internacional, com avaliação de compensações caso ocorra a transposição e a realização de um seminário internacional.**

**Encaminhamentos e providências:**

1. NOTA PUBLICA
2. REUNIÃO PROCESSO CONFLITO DE USO
3. OFICIO ANA

**7. Análise dos encaminhamentos do processo de conflito de usos suscitado pelo Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco**

- No âmbito institucional, o CBHSF vai continuar atuando ainda em relação à transposição, através da condução do PROCESSO DE CONFLITO DE USO.
- Participação do Procurador do Estado de Minas Gerais, Dr. César: fez exposição sobre a importância do processo e que deve seguir a Lei 9784, que trata de processo administrativo. O Comitê deve publicar edital com chamamento para manifestação das partes.
- Ficou agendada reunião em Salvador na próxima semana para avaliação do andamento do Processo e atendimento às normas legais.
- Secretario CBHSF propôs que o Comitê recorresse a consultores nacionais e internacionais para orientar o posicionamento do Comitê na conciliação do conflito de uso, inclusive de forma a contrabalançar as posições publicamente já assumidas com relação ao projeto de transposição. Propôs que o Comitê recorresse a uma perícia internacional para embasar as propostas de conciliação de conflitos e que caso a transposição venha a ocorrer, o Comitê procure subsídios para qualificar e quantificar as compensações que devem ser asseguradas à bacia.

**Decisões:**

- 1. Seguir os procedimentos da Lei 9784 e reformular o plano de ações e calendário em função desta adequação**

2. Promover meios para obtenção de consultorias nacional e internacional e promover seminário internacional
3. Levar a questão ao conhecimento do Congresso Nacional

**Encaminhamentos e providências:]**

Secretaria Executiva irá encaminhar solicitação para obtenção de consultoria nacional e internacional e promoverá reunião com as entidades que deram entrada na representação para que providenciem adequação às diretrizes legais.

**5. AGENDA PRÓXIMAS REUNIÕES**

**DECISÕES:**

1. PLENÁRIAS DE PIRAPORA – serão realizadas de 15 a 18 de junho 2005  
Comissão organizadora da Câmara Consultiva Regional: Coordenação Aelton e participação da equipe da CEMIG  
  
Comissão Organizadora Estadual: José Carlos Carvalho (coordenação), Geraldo e Paulo Teodoro  
  
Comissão Organizadora Local: coordenação do DALTON
2. PRÓXIMA REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – convidar novos prefeitos e novos membros indicados para tomar posse formalmente e convidar Mauricio Laxe. Indicação de realização: em Brasília, preferencialmente no Congresso Nacional.
3. CÂMARAS REGIONAIS – deverão se reunir pelo menos uma vez antes da próxima reunião Plenária
4. CÂMARAS TÉCNICAS – todas deverão se reunir antes da próxima reunião plenária

**6. PROVIDÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÕES**

1. Comunicar aos membros sobre o início do processo eletivo
2. Lançar revista Síntese dos dois primeiros anos de atuação do Comitê.